

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

---

Aos 15 de abril de 1994, no anfiteatro do SENAC de Jundiá, sito à Rua Vicente Magaglio, nº 50, Jd. Paulista, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de aproximadamente 120 pessoas, dentre o público, conforme registrado em livro próprio e os representantes, conforme lista de presença anexa. **1ª PARTE** - Após a recepção dos presentes, os senhores prefeitos ou representantes dirigiram-se para reunião setorial para definirem a forma de participação do segmento municipal, em termos de quórum e contagem de votos, conforme preconiza o Artigo 6º das Disposições Transitórias. Em paralelo, foram organizadas outras duas reuniões setoriais, respectivamente, com os representantes do Estado e da Sociedade Civil que discutiram previamente as minutas de deliberação dos assuntos a deliberar. As três reuniões setoriais estenderam-se das 9:30 hs às 11:30 hs. **2ª PARTE** - Os representantes e o público foram convidados a tomar assento no anfiteatro, formando-se a mesa dirigente dos trabalhos com o Senhor Antonio Carlos de Mendes Thame, Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ; o Senhor André Benassi, Prefeito de Jundiá e anfitrião da Reunião, representando também os municípios participantes do CERJU; o Senhor Frederico Pollo Muller, Prefeito de Americana e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari; o Senhor Francisco Pazelli Ometto do Sindicato Rural de Limeira, representando a Sociedade Civil em virtude da ausência do Vice-Presidente por motivo de viagem inadiável; o Senhor Paulo Bezerril Júnior, representando o Secretário de Recursos Hídricos e Presidente do CRH, Antonio Félix Domingues; e o Senhor Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ.

**1. ABERTURA** : Dando início à reunião, o Senhor Presidente dando boas vindas a todos manifesta o desejo de que no futuro não seja mais necessário o transtorno das discussões prévias, em vista da necessidade dos prefeitos decidirem pela sua forma de votação. Na seqüência enfatiza os princípios norteadores do trabalho do Comitê e ressalta os pontos a deliberar, com destaque para o Relatório de Situação e o Plano de Metas. Manifestam-se também o Senhor Prefeito de Jundiá, André Benassi, dando boas vindas aos presentes; o Prefeito de Americana, Frederico Pollo Muller que relata atividades do Consórcio; o Senhor Paulo Bezerril que enfatiza, em nome do Secretário Félix, o empenho do Estado no funcionamento pleno do SIGRH e o apoio às atividades em desenvolvimento pelo CBH-PCJ, informando ainda sobre a 2ª Reunião do CRH, programada para fins de maio; o Senhor Francisco Ometto,

saúda a todos e lamenta o atraso na entrega dos documentos pertinentes à reunião, reconhecendo o trabalho que vem sendo feito recomenda maior antecedência para as próximas reuniões e ressalta a necessidade de esforço político, principalmente dos Senhores Prefeitos, para viabilizar a aplicação nas bacias dos recursos já disponíveis no FEHIDRO. Constatada a existência do quórum, com a presença de 23 representantes dos municípios (9 prefeitos), 15 representantes do Estado e 14 representantes da Sociedade Civil, o Senhor Presidente considera abertos os trabalhos.

**2. LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA** : Considerando a distribuição prévia, é solicitado e aceita a dispensa da leitura, passando-se à votação, sendo aprovada por aclamação.

**3. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA EXECUTIVA** : O Senhor Presidente comunica as gestões efetuadas junto ao governo estadual, com o Secretário de Recursos Hídricos, em 23/02/94 e 13/04/94, no sentido da utilização de recursos do FEHIDRO; e com o então Secretário de Governo, Dr. Michel Themer, através de correspondência, entregue em mãos, lembrando compromisso do governo estadual em relação ao empréstimo junto ao BIRD (a respeito lembra a comunicação da COFLEX ao governo estadual, constante do caderno de documentos, informando o indeferimento da Carta Consulta encaminhada em meados de 1993). Em seguida, comenta a realização de quatro reuniões preparatórias à 2ª Reunião, sediadas por Indaiatuba, Americana, Atibaia e Limeira; a participação do Secretário Executivo em Seminário ocorrido em 09/12/92, sobre o Plano Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista; e o ofício remetido ao DAEE, contratante do referido Plano, expondo sobre a necessidade de discussão regional do assunto e enumerando produtos imprescindíveis à área dos rios PCJ. O Secretário Executivo, Engº Rui Brasil Assis, informa quais as pessoas credenciadas com direito a voz na reunião; ressalta a presença dos assessores indicados pelo CEETEPS, PUC, CESET/UNICAMP e USF; justifica a não publicação no Diário Oficial das deliberações da 1ª Reunião, devido ao alto custo, ressaltando que será providenciado agora, após aprovação daquela Ata, com custo muito menor; informa participação em Seminário realizado em Atibaia com agricultores, onde se discutiu a instalação do CBH-PCJ e a perspectiva de cobrança pelo uso da água; informa o recebimento de ofício da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem - ABID, Seção São Paulo, sugerindo critério para

cobrança pelo uso da água aos irrigantes, o qual será oportunamente analisado no âmbito da Câmara Técnica que vier a tratar do assunto; e finalizando, relata o conteúdo do caderno de documentos pertinentes à Reunião, cujo sumário encontra-se em anexo. Enfocando a questão da distribuição prévia do material, aceita a crítica da sociedade civil e também de outros representantes, entretanto, relatando as causas do atraso, menciona como principal motivo a grande demora na devolução das fichas consulta com dados dos municípios e entidades estaduais, as quais foram recebidas até 25 de março, resultando num prazo de apenas duas semanas para compilar, analisar e elaborar o Plano de Metas, contido no Relatório de Situação, para só após duplicar, encadernar e distribuir.

#### **4. ASSUNTOS A DELIBERAR : 4.1 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS PREFEITOS PARA FINS DE QUÓRUM E CONTAGEM DE VOTOS :**

O Senhor Presidente, Mendes Thame, relata a reunião setorial dos Prefeitos ou representantes municipais, que contou ainda com o acompanhamento dos respectivos assessores, do representante do Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Bezerril, e do Secretário Executivo do CBH-PCJ. Ressaltando as dificuldades e peculiaridades inerentes às eleições no âmbito da classe política, informou que foi considerada a participação dos municípios nas duas reuniões do CBH, analisada a importância da representatividade das três bacias e ponderado sobre as diversas alternativas propostas pelos técnicos, existentes desde a primeira reunião realizada para essa finalidade em outubro de 1993, aprovando-se uma representação de *16 municípios*, válida para essa *2ª* Reunião, a ser referendada na *3ª* Reunião para ter validade para todo o ano, constituída pelos prefeitos ou representantes dos seguintes municípios, por ordem alfabética : *Americana, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Corumbataí, Indaiatuba, Jundiaí, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Rio Claro, Saltinho, Valinhos e Vinhedo*; **4.2 - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ** : O Senhor Presidente enfatizando o ineditismo do trabalho, ressalta que baseou-se nos dados informados pelas prefeituras e órgãos estaduais, podendo haver, principalmente no caso das metas, ênfase a investimentos desejáveis, mas que ainda carecem da viabilização de recursos financeiros para serem concretizadas. Por outro lado, ressalta que o Relatório de 1993 espelha uma realidade drástica das bacias, propondo, entretanto, ações e metas para atingir uma situação que se deseja em 1994. O Secretário Executivo em suas considerações sobre a elaboração do Relatório informa a metodologia utilizada, reforçando a tese de que trata-se de um processo a ser aprimorado ano a ano, pois o planejamento integrado é tarefa difícil. Continuando, informa a importância do Comitê

poder encaminhar o Relatório para apreciação já na próxima reunião do CRH e considera de pouca importância, por ser o primeiro, não ter sido possível cumprir o prazo legal, de 31 de março para apreciá-lo. Finalizando suas considerações, relata a forma adotada para indicação de ações e obras prioritárias para 1994, constantes do Plano de Metas, expõe os critérios adotados e as fontes de recursos consideradas. Solicitando a palavra, o Prefeito Frederico Muller, cumprimenta a equipe técnica responsável e destaca o *3º* Parágrafo da página 57, onde consta, sobre as metas de investimentos informadas pelos municípios: "... para as ações propostas, não estão definidas fontes de recursos, assim parece razoável supor tratar-se de verbas dos orçamentos próprios, subvenções a fundo perdido e eventualmente financiamento, não tendo sido possível estabelecer diferenciação..." . Reforçando comentário anterior do Prefeito Thame, encara a maioria das metas como desejáveis, como exemplo informa que os US\$ 13,650 milhões previstos em programas de Americana, significam na verdade o custo total das ações, mas não significa a existência de orçamento compatível. Emendando, o Senhor Prefeito ressalta que os investimentos listados pelos municípios somam US\$ 127 milhões em 1994, dos quais cerca de 60% (72 milhões) destinados à recuperação da qualidade dos recursos hídricos. Na hipótese de serem concretizados em 1994, e havendo nos próximos anos investimentos dessa ordem, não haveria a necessidade de empréstimo junto ao BIRD. Solicitando a palavra, a Senhora Regiane, do Instituto de Desenvolvimento Auto Sustentável, lamenta que alguns municípios não tenham informado suas metas, solicita divulgação detalhada sobre as proposições, pois muitas são vagas e critica que seja um Plano de Intenções. O Senhor Presidente reitera suas colocações iniciais e argumenta sobre a validade do documento, mesmo com a consciência de que deve ser aperfeiçoado para os próximos anos, partindo-se das intenções para a prática, num esforço conjunto que depende de todos. Outros representantes da sociedade civil manifestam-se relatando a reunião setorial prévia onde o Secretário Executivo pode explicar o conceito deste primeiro relatório e o consenso havido sobre a aprovação do mesmo, com as ressalvas colocadas pelo Engº Alguerto, do CESET/UNICAMP, sobre a necessidade para o próximo relatório de aprimoramento da base de dados, embora reconheça as dificuldades inerentes ao trabalho, especialmente pelo prazo em que foi elaborado. Registra-se também o oferecimento do representante do CESET, para colaborar no próximo relatório. O Secretário Executivo reitera que o processo foi de aprendizado, tanto para quem fez, por falta de metodologia que pudesse ser modelo, como para os próprios municípios e entidades do estado no que se refere à precisão e consistência dos dados, sem o que não há base adequada para o planejamento. Mesmo assim,

argumentou sobre a consciência das incorreções, que constaram por fidelidade à fonte, ensejando a partir de agora uma revisão metodológica pela Secretaria do CBH-PCJ e também pelos seus membros, responsáveis pelos dados. Continuando, agradece a colaboração recebida para a coleta dos dados, especialmente da CPLA/SMA, do Consórcio, na pessoa do Engº Francisco e da equipe técnica do DAEE. Finalizando propõe, com a aceitação de todos, que o Relatório possa ser complementado com os dados recebidos durante e reunião de dois municípios e também de outra entidade, cuja remessa foi extraviada. Em seguida é colocada em votação a minuta de Deliberação que *aprova o Relatório de Situação de Recursos Hídricos de 1994 e respectivas metas*, a qual recebe a denominação de *Deliberação CBH-PCJ Nº 07/94*; **4.3 - CRIAÇÃO DE CÂMARAS TÉCNICAS** : Iniciando a discussão o Senhor Presidente relata o processo de discussão para a formação das Câmaras Técnicas. Nesse instante, a representante do Grupo Eco, Alba Marcia L.M. Ramos faz a leitura de um manifesto protestando por notícia publicada na Folha Sudeste de 27/03/94, sobre a instalação da PEPSI em Jundiá, associando-se à COCA-COLA na captação de água no Atibaia. Critica a posição adotada pelo DAE e Prefeitura Municipal de Jundiá, pois não se analisou o impacto de futura captação de 1.700 l/s no rio Atibaia e cobra do Consórcio, do Comitê, do DAEE, da CETESB e da Secretaria do Meio Ambiente, esclarecimento sobre o assunto. Finalizando, faz entrega de abaixo assinado sobre a denúncia. O Senhor Presidente, apesar do assunto em discussão não ser esse, agradece a intervenção e informa que o assunto possivelmente seja analisado por uma das Câmaras Técnicas em discussão. Após inúmeras considerações sobre o assunto em questão, é colocada em votação e aprovada por aclamação a Minuta de Deliberação que *aprova as Normas Gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas*, que recebe a denominação de *deliberação CBH-PCJ Nº 08/94*. Na seqüência foi discutida, colocada em votação e aprovada por aclamação a Minuta de Deliberação que *cria a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI)*, que recebeu a denominação de *Deliberação CBH-PCJ Nº 09/94*. Continuando, foi discutida, colocada em votação e aprovada por aclamação a Minuta de Deliberação que *cria a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)*, que ficou como *Deliberação CBH-PCJ Nº 10/94*. Quanto a criação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, após discussões concluiu-se que suas atribuições não estariam inteiramente de acordo com as Normas Gerais, assim, embora houvesse concordância com o relevante trabalho a ser executado, optou-se pela retirada de pauta para reavaliação e eventual discussão na 3ª Reunião. Ainda no assunto das Câmaras Técnicas, foi colocada em discussão, em votação e também aprovada por aclamação a Minuta de Deliberação que *cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais*

(*CT-RN*), que recebeu o número de *Deliberação CBH-PCJ Nº 11/94*. As três Câmaras Técnicas, CT-AI, CT-OL e CT-RN, foram aprovadas com composição tripartite, com cinco vagas para cada segmento, estando de início indicadas e aprovadas as entidades representantes do Estado. Ficou estabelecido que a Sociedade Civil, após a reunião, faria a escolha de seus representantes e informaria a Secretaria Executiva. Da mesma forma seria procedida, posteriormente, a eleição dos representantes dos municípios. Concluído esse processo de indicações a Secretaria Executiva faria a divulgação da composição das três Câmaras Técnicas. **4.4 - CRONOGRAMA PARA DISCUSSÃO DA AGÊNCIA DE BACIAS**: Após ressaltar que o assunto tem merecido uma atenção especial, o Senhor Presidente comenta a possibilidade da CT-AI alterar o cronograma, exceto no que se refere à apreciação da minuta de anteprojeto de lei na 3ª Reunião Ordinária. Em seguida é colocada em votação e aprovada por aclamação a minuta de Deliberação que *aprova o Cronograma de Trabalho para a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI) em 1994*, a qual recebeu a denominação de *Deliberação CBH-PCJ Nº 12/94*. **4.5 - PLANO DE TRABALHO DO CBH-PCJ PARA 1994** : Feitas as considerações sobre o conteúdo da proposta de Deliberação, solicita a palavra o Senhor representante da UNIMEP, Prof. José Machado, que enfatiza a importância para o Comitê do esforço político a fazer para alcançar-se as metas aprovadas, especialmente aquelas que resultarão em melhorias na qualidade das águas; prosseguindo, cobra da SABESP a realização dos investimentos constantes de suas metas, pois tais investimentos vêm sendo colocados anos seguidos em orçamento e não são realizados; finalizando, ressalta a necessidade de buscar-se a liberação da verba de US\$ 1,6 milhão do BIRD. O Senhor Presidente, Mendes Thame, relata os critérios utilizados para definição das metas que prevêm obras de tratamento de esgotos e avalia que se forem concretizadas, o benefício poderá ser medido na elevação de 3% para até 9% a taxa de remoção da carga orgânica nas bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá. Em seguida foi colocada em votação e aprovada por aclamação a minuta de Deliberação, *aprova o Plano de Trabalho do CBH-PCJ para 1994 e organização administrativa da Secretaria Executiva*, que recebeu o número de *Deliberação CBH-PCJ Nº 13/94*.

**5 . OUTROS ASSUNTOS** : O Senhor Presidente agradece o Dr. Humberto Giasseti, dirigente da empresa Giasseti Engenharia e Construção que colaborou para a realização dessa 2ª Reunião e também aos senhores André Benassi, Prefeito de Jundiá, e Luiz Roberto Del Gelmo, Superintendente do DAE de Jundiá, que nos receberam e proporcionaram todo o apoio necessário ao bom andamento dos trabalhos. Continuando, o Prefeito Thame convidou a todos para um Seminário programado para 16/04/94,

nos SESC, em Piracicaba, onde a CESP faria uma exposição sobre o estágio dos trabalhos de implantação da hidrovia até Artemis. Foi solicitado também pelos presentes, que sejam feitas gestões junto ao Conselho de Orientação do FEHIDRO - COFEHIDRO, no sentido de que haja participação dos presidentes de Comitês já instalados, mesmo que sem direito a voto, uma vez que os quatro prefeitos participantes não representam nossa região. Essa solicitação foi apoiada por todos. Finalizando as intervenções, a Sra. Ynyá A. dos Santos, da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região, registra sua preocupação com a localização do

aterro sanitário Delta 1, em Campinas, junto à cabeceira do córrego Piçarrão, afluente do rio Capivari.

**6 . ENCERRAMENTO** : Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença e participação de todos, informa que o local e data da 3ª Reunião Ordinária será oportunamente informado e dá por encerrada a 2ª Reunião Ordinária.

**Rui Brasil Assis**  
Secretário Executivo

**Eduardo Lovo Paschoalotti**  
Vice-Presidente

**Antonio Carlos de Mendes  
Thame**  
Presidente